

## Introdução

Maria do Carmo Soares de Freitas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FREITAS, MCS. *Agonia da fome* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. 281 p. ISBN 85-8906-004-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Introdução

A fome crônica e coletiva no Brasil é uma produção histórica que possui distintos significados, tanto no contexto mais amplo da sociedade como no universo particular das pessoas atingidas. Sendo uma visível produção da desigualdade social, é distinta daquela dos campos de concentração, das guerras, e das catástrofes climáticas. Na nossa sociedade (e em outras, semelhantes) a fome se concentra em pessoas condenadas à incerteza de sobreviver desde a mais tenra idade.

Falar deste tema é discorrer sobre uma modalidade de genocídio, uma realidade em que a cena da morte está predita pela falta material e destinada ao cotidiano extremado de pobreza e violência. Situada no umbral entre vida e morte, a fome é difícil de ser descrita e compreendida pelos que não a vivenciam. E por maior que seja meu esforço com a utilização de métodos de aproximação da realidade, não consigo, completamente, traduzir em palavras esta perversão social, definida por processos de exclusão, os quais se revelam em cada contexto de dominação política e econômica.

Como mostro neste livro, quem vive esse tipo de fome necessita de ideologias que se traduzam em estratégias de sobreviver e conviver com o fenômeno. Os famintos se cercam de conhecimentos inspirados em experiências envoltas em redes de relações míticas, em busca de uma aproximação explicativa para a vida em meio à violência, à droga, ao desemprego e outras questões sociais.

A fome é, portanto, uma manifestação que surge com a formação das sociedades de classes. A própria origem da palavra fome está associada ao aparecimento da desigualdade social no mundo. Derivada de *fame*, do latim, e essa de *famulus* – escravos ou servos – também do latim, na língua portuguesa vão gerar vocábulos como fâmulos, famulentos, famélicos, ou que têm fome (FERREIRA, 1974: 643; 608).

*Famulus*, mais tarde, terá o mesmo significado que família, para distinguir o termo *gen* ou tribo, da linhagem semita (MORGAN, 1985). Fome e família vinculam-se, na origem de suas expressões fundantes: servidão, escravidão e pobreza.

Com o surgimento da divisão social do trabalho associada à apropriação da riqueza coletiva, rompe-se a condição de acesso à alimentação para uma parcela da população, o que resulta em fome coletiva, com fortes contrastes com outros corpos satisfeitos em nutrição. A fome crônica não é apenas uma sensação individual da necessidade de ingerir alimentos, mas também, uma condição que revela a dificuldade coletiva de manter níveis ideais de nutrição (ROTBERG e RABB, 1990: 1-6).

Neste estudo, busco compreender os significados e os valores simbólicos da fome permanentemente inscritos na vida dos famintos de um bairro popular na cidade de Salvador, Bahia. Estas inscrições têm como pano de fundo a sociedade brasileira e a cena aproximada do mundo cotidiano de um bairro popular. Neste, os famintos revelam a falta de esperança em mudar o estado de miséria e por essa razão não escolhem os modos de vida, mas tentam interpretá-los em suas próprias visões de mundo.

Antes de trazer as vozes dos famintos para a cena principal deste trabalho, mostro, de modo sucinto, as principais teorias que cercam o fenômeno da fome e alguns dos aspectos históricos que marcam este problema social, no Brasil. Esse movimento reflete a importância de pré-textualizar e contextualizar a fome no espaço do bairro.

O problema da fome sempre esteve silenciado nas colocações dos governos no cenário mundial, mesmo sabendo-se, por exemplo, que, em cada 100 pessoas no mundo (em 1950), 38 estavam mal alimentadas. As muitas cifras divulgadas indicavam que já havia, naquela época,

milhões de pessoas no mundo na estreita margem da subsistência, sendo 50 milhões os que morriam de fome por ano (MELOTTI, 1969:10). Um número que representou mais que o total de mortos durante os cinco anos da segunda guerra mundial. Sobre tal situação, Umberto Melotti diz que: *El hambre es una realidad trágica que se olvida con demasiada frecuencia; podríamos decir que se olvida a propósito, por lo menos a nivel del subconsciente* (MELOTTI, 1969: 9)<sup>1</sup>.

Em geral, a tendência do homem bem alimentado de esquecer o sofrimento da fome do outro passa pela não aceitação dessa realidade, ou porque o faz sentir-se moralmente culpado em não contribuir para remover tal absurdo, ou, mais provavelmente, porque (ele, o bem alimentado) sustenta uma ideologia que o limita a enxergar a fome em outro corpo que não o seu adotando uma autodisciplina que o faz distanciar-se de questões que possam afetar seus acordos sociais. Assim, sobre o faminto, escreveu Thomas Mann:

.....  
Não se teria postado ali de propósito, para que o visse, aquele faminto? Seu corpo trêmulo, seu rosto trágico e maligno. [...] Um horrendo aviso de um mundo estranho e assustador, para despertar remorsos em mim. Mas por que veio? Por que não escondeu sua miséria na sombra, em vez de postar-se debaixo dessas janelas iluminadas, de onde brotam risos e música? (THOMAS MANN, 1982: 151).

A geopolítica da fome encontra-se, desde muito, demarcada em países cujas histórias sociais registram a exploração e a dominação dos mercados externos. No caso da América Latina (à exceção de Cuba), desde a década de 50, o aumento do número de famintos está relacionado à instabilidade econômica, à seca de créditos e a queda do poder aquisitivo da maioria da população, condição esta que estimulou a indústria

nacional para aderir às orientações políticas do mercado financeiro internacional. Essa estratégia foi decisiva para impor um novo modelo de desenvolvimento apoiado na concentração da renda, em nome da liberdade do comércio ou do movimento dos capitais. Desse modo, os conselhos e as cartas de intenções dos fundos bancários internacionais não só proporcionaram empréstimos aos países latino-americanos, como subordinaram suas políticas internas (GALEANO, 1988: 237-239).

Na América Latina, verificam-se acentuados contrastes entre pobreza e riqueza, apesar das projeções do aumento médio dos Produtos Internos Brutos. E o Nordeste brasileiro é o lugar que continua abrigando a fome endêmica de modo tão dramático quanto as áreas mais pobres da África (ROY, 1994: 71-72; 82).

Vale lembrar que as reformas de ajustes estruturais, discutidas no Programa das Nações Unidas, para assegurar um desenvolvimento na esfera da política global, têm oferecido impactos sociais negativos em vários países. Particularmente no caso brasileiro, essas medidas prescreveram privatizações de setores importantes desde 1997, com o fim das barreiras comerciais, e também trouxe políticas recessivas e arrocho salarial, afetando a qualidade de vida da maioria da população. Ou melhor, as prescrições do reajuste estrutural (sintetizadas no documento “*Country Assistance Strategy, 1997*”, formulado e acordado exclusivamente com o Poder Executivo e o Banco Mundial) consolidam a estabilização macroeconômica, deixando à margem questões sociais (MELLO, 1997: 2-9).

A redução das verbas sociais básicas passou a remunerar, de modo mais radical e a cada ano, os títulos da dívida do governo, numa ciranda financeira que impulsionou as altas taxas de juros, em detrimento dos recursos para a saúde, educação e outros setores sociais<sup>2</sup>.

De fato, a degradação social dentro dos setores mais pobres da sociedade é um fenômeno visível do agravamento produzido por um mode-

lo estrutural de economia que mantém a alta capitalização no campo e a industrialização com uma geração menor de empregos.

De maneira geral, no Brasil, ao longo de todos os processos históricos, os projetos governamentais, na trajetória da constituição de uma sociedade e de uma identidade nacional, nunca deram respostas significativas à questão da fome. As políticas de combate à fome e à desnutrição sempre foram dispersas, sem definições claras e subordinadas, quase sempre, à reorientação dos investimentos internos e ao incremento de políticas econômicas comprometidas com o mercado externo (CPI, 1991).

Lembro que a produção da fome no país está relacionada, principalmente, à desarticulação da produção rural e ao processo de concentração urbana de pessoas que não têm condições materiais de acesso às fontes de suprimentos. “Um quadro social de crescente gravidade, onde Salvador é um dos exemplos mais dramáticos”, como se refere Fernando Pedrão (Pedrão, In: CPI, 1991: 207), ao analisar a fome na Bahia. Neste Estado, a conseqüente migração do campo em direção aos centros urbanos, em especial, para as proximidades da região de Camaçari, na “Grande Salvador”, ocorre principalmente durante as décadas de 70 e 80 (OLIVEIRA, 1987: 41-5).

O Mapa da Fome, construído pelo IPEA a partir dos dados do FIBGE (1990), quebra o silêncio sobre um suposto número de famintos na sociedade brasileira: eram 32 milhões de brasileiros na indigência (IPEA, 1993: 6). Na Bahia, eram mais de quatro milhões de indigentes, o maior índice nacional em números absolutos (*Idem*)<sup>3</sup>.

Resumidamente, pode-se afirmar que o contexto sócio-econômico do país, no início da década de 90, traduziu-se como um momento de deterioração social<sup>4</sup>. E a partir de 1996, há uma perda, ainda maior, do poder aquisitivo, em que 65,9% das famílias baianas não tinham renda

suficiente para manter a sobrevivência. Dados aproximados a esses foram encontrados no Piauí (68,2%) e em outros estados do Nordeste, situação bem distinta da do Rio Grande do Sul, com 1,7% de pessoas vivendo na pobreza extrema (IPEA, 1999).<sup>5</sup>

Essas diferenças no território brasileiro são explicadas pela herança do capitalismo industrial que, desde os anos 20, tem privilegiado as regiões Sul e Sudeste, com as mudanças na agricultura em direção aos caminhos modernizantes (MARTINS, 1975). O atraso econômico e social em qualquer região tem subjacente o modo particular de conceber a relação capital-trabalho e as formas de sobreviver associadas às carências de políticas sociais. No Norte e no Nordeste, entretanto, são onde se concentram os brasileiros mais pobres e famintos, e também os milionários projetos agrícolas de capital estrangeiro, em meio aos intensos conflitos de terra entre trabalhadores e fazendeiros (MIRANDA NETO, 1982: 37-40). Não só no campo, mas também nas cidades nordestinas, o fenômeno da fome de todos os dias é um permanente problema de calamidade pública. Esse é, certamente, o caso de Salvador.

A realidade social do país da oitava economia mundial tem níveis de pobreza, resultantes dos processos históricos concentradores, e produz efeitos dramáticos sobre uma considerável parcela da população. Apesar disso, o estudo sobre as condições de vida das crianças em Salvador mostra uma tendência para a redução da desnutrição em 1996.<sup>6</sup>

Mesmo ocorrendo a melhoria de alguns indicadores sociais, o Brasil ocupou, em 1999, o lugar de número 79 (entre cem países) do Índice de Desenvolvimento Humano e, outra vez, foi considerado o primeiro em concentração de renda entre a maioria dos países (BM, 1999).

Alguns moradores do bairro Péla expressam o reflexo dessas condições em seus cotidianos:

.....  
Nunca vi tanta gente comer do lixo no centro da cidade, como eu vejo agora, na luz do dia, dos lixos das lanchonetes da rua Carlos Gomes. Eu trabalho lá tem 18 anos, e nunca vi isso que estou vendo agora. Está demais. Chega a tirar a vergonha da pessoa de pegar no lixo, na frente de todo mundo (D. Ninha).

.....  
O povo está cansado de ser tratado como mendigo, as pessoas precisam de oportunidade pra conseguir um emprego e ter um salário melhor, não adianta nada ficar recebendo uma cesta básica [...]. As pessoas precisam saber uma profissão (Valter).

A baixa escolaridade é uma das variáveis da qualidade de vida que se reflete diretamente no crescimento da economia informal (em que prevalecem os jovens e as crianças), e nos altos índices de violência (RAMOS & VIEIRA, 1999). E ao comparar os indicadores sociais dos últimos vinte anos, Cláudio Beato (1999) confere a ocorrência de importantes mudanças:

.....  
Os brasileiros estão vivendo mais, estão vivendo em habitações com melhores condições sanitárias, as crianças estão morrendo menos e o número de analfabetos decresceu. Em 1970, a esperança de vida dos brasileiros era de 31,4 anos, que passou para 56,8 em 1980 e 63,3 em 1991. O percentual de casas com abastecimento de água aumentou em 51,3 % em 1970 para 70,0% em 1980 e 83,9 em 1991 (CLÁUDIO BEATO, 1999: 8).

Apesar desses ganhos, a criminalidade violenta alcançou proporções notáveis nos últimos cinco anos. O referido autor argumenta, em sua análise, que, em especial, a violência contra a pessoa está presente em



maior proporção em áreas de acumulação de pobreza, em que são verificadas as altas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, associadas à falta de oportunidade de ocupação e emprego. A geração de um estilo de vida violento, nos grandes centros, revela a incidência de drogas, que mantêm, no uso e no tráfico, uma significativa relação com os baixos salários e as precárias qualidades de postos de trabalho (*Idem*, pp.5-10). No cenário urbano, a geografia da exclusão social vai tomando outros espaços, transpondo limites e conferindo uma maior interlocução entre as áreas, gerando uma cultura de viver de forma violenta. Os efeitos dessa qualidade de vida revelam, principalmente nos jovens das camadas populares, novos modos de expressão da exclusão e de violência urbana que preenchem o vazio de um cotidiano sem escolaridade e sem quaisquer expectativas de melhoria da vida.

Alguns desses efeitos sociais são aqui relatados por uma moradora do Péla.

.....

Aqui está morrendo um por semana, estão se matando um os outros tudo isso por causa do desemprego desse país. Entram na droga porque não tem emprego [...] Tem gente na droga, vendendo e tomando. Uns é pra conseguir comprar o pão e outros é pra não sentir fome (Renilda).

Diante da degradação social da cidade de Salvador, e sua reprodução no nível da unidade doméstica, o tema da violência é capturado neste estudo etnográfico sobre a fome, quando da interface entre este fenômeno e o comércio das drogas. Vale lembrar que, nesse período, o índice de desemprego para Salvador era o mais alto do país: 24% da população econômica ativa estava sem emprego, eram 330 mil naquele ano de 1998 (Bahia, DIEESE, 1998).

As políticas predadoras adotadas pelos governos trazem como produto social um excessivo aumento de desempregados e a expansão da criminalidade. Assim, a estimativa, no país, de um milhão de jovens de 15 a 19 anos de idade, analfabetos ou com pouca escolaridade (FIBGE, 1995), ao lado das transformações do mercado de trabalho, produz nessas pessoas uma desocupação, fazendo-as recorrer ao mercado informal ou às ruas, entre a mendicância e o comércio de drogas, em que facilmente são influenciadas a infringir contra si e outros.

Sobre isso, Fernando Pedrão (CPI, *Op.cit.*) se refere à fome como o produto da “indiferença da reprodução do capital no Brasil, sobre o povo” (*Idem*, pp.120-5). A precarização social no país não está sob a mira de fatores exógenos apenas, às condições biológicas como a urbanização e o aumento da população, mas antes, sob a desigualdade construída pelo excesso de acumulação da riqueza, cuja reprodução restringe cada vez mais os setores da produção. Com efeito, o crescimento do produto social requer um número cada vez menor de pessoas envolvidas, resultando num volume crescente de desempregados e, conseqüentemente, da violência e da fome.

Na tela nacional, esses problemas sociais mais agudos são observados nas regiões onde há menos indústrias. Na Bahia, o processo de industrialização, iniciado nos anos 50, encontra-se em declínio, com a crise do Pólo Petroquímico, a redução das ofertas de trabalho no campo, e com o processo de estagnação dos produtos básicos desde os anos 70 (*Idem*). Até o final desta década, a cidade possuía um número de favelas concentradas em áreas de acesso às fontes de trabalho. Não obstante, desde os anos 80, uma acumulação de miséria espalhou-se pela periferia urbana surgindo um outro tipo de pobreza: uma camada da população considerada incapaz de atender às novas exigências do mercado (*Idem*).

Na realidade, toda a região Nordeste foi e ainda é fortemente castigada por freqüentes períodos de secas e sem políticas sociais claramente definidas, o que promoveu e promove o aumento da favelização dos grandes centros urbanos. Essa é a origem do bairro Péla, no centro da cidade do Salvador.

Vale registrar que cada vez mais numerosos desde o final dos anos 60, os bairros populares de Salvador têm formas próprias de conceber sua sobrevivência, no sentido individual e no coletivo. Como constato, os moradores desenvolvem formas de sobreviver ao cotidiano nas quais se combinam miséria e cheiros que exalam dos esgotos abertos e do lixo. A humilhação das precárias condições materiais e a insistente proximidade com a morte, pelas constantes ameaças de adoecimento e violência, pressupõem formas próprias de sociabilidade e de expressão. Estas, coercitivamente ajustadas, demarcam uma especificidade face ao grupo cultural mais amplo e permitem a construção de modos próprios de viver que requerem concepções particularizadas, cercadas de significados necessários à sobrevivência, no âmbito da explicação de suas existências.

A respeito da severidade da fome no Brasil, a literatura pertinente é ainda escassa, sobretudo quando se leva em conta a magnitude do fenômeno no país. E os significados da fome, agenciados por membros das camadas populares, não são estudados no Brasil e menos ainda na Bahia. Nem mesmo os estudos sobre as “estratégias de sobrevivência” das populações de baixa renda, que marcaram época quando da revelação da falência do “Milagre Brasileiro”, detiveram-se com a necessária atenção no fenômeno da fome. Tais estudos revelaram que grande parte do orçamento das famílias pesquisadas era investida na alimentação (ENDEF, 1980). Entretanto, como observou Edgar Alves (1979), os padrões de alimentação das populações carentes deixaram muito a desejar no que tange aos níveis nutricionais.

Também, ressalto os estudos conduzidos por Klaas Woortmann (1978), os quais revelaram o cardápio cotidiano das populações carentes, e o indicativo de que o fenômeno da ‘fome’ tem uma construção histórico-cultural entre esses segmentos da população brasileira. Dentre esses, a fome não atinge homens e mulheres da mesma maneira (ou intensidade), como mostram estudos sobre a mulher e a família (ZALUAR, 1982). Por força das ideologias de gênero que se realizam na organização doméstico-familiar, geralmente aos homens, como chefes do grupo doméstico e seus principais provedores, são destinadas cotas mais generosas da parca alimentação. Cabe às mulheres a menor ou mesmo o que sobra da alimentação dos filhos. São essas e outras as razões que tornam os índices de mortalidade materna e infantil elevados no Brasil. Sendo assim, não é por acaso que nascem muitas crianças marcadas pelos reflexos da desnutrição materna.

Esses e outros estudos falam da fome de forma tangencial, enquanto no debate científico *per se*, a fome permanece como idéia vaga e abstrata, inclusive no que tange ao entendimento das implicações sociais que a engendram e suas graves conseqüências. Por certo, isso se dá em virtude da diversidade de significados que à fome são atribuídos.

Com a etnografia no Péla, busco um olhar intertextual sobre o tema, e para tanto, descrevo o fenômeno na intersubjetividade, num mundo cujas representações e significados são compartilhados entre os que vivem semelhantes condições sociais. Por conseguinte, transito no campo da interdisciplinaridade, com a história, a sociologia e a antropologia, para contextualizar o novelo de significações do sentido de corpo faminto, no bairro escolhido para este estudo.

Na sua experiência, o sujeito elege e seleciona, formando um conjunto de sensações que se inter-relacionam para atribuir significados ao seu corpo no mundo. A experiência perceptiva do faminto, no seu habitual, não se

esgota na simplificação objetivada da sensação fisiológica da fome. Como mostro neste estudo, os sentidos são, também, outros. Pois, a automatização do cotidiano nem sempre o deixa perceber a carência alimentar crônica em seu próprio corpo, e, aparentemente, o habitual lhe basta. Assim, para se perceber, percebendo-se como um faminto, ele interpreta certas sensações do corpo, inscritas em sua história individual, como um conhecimento capaz de iluminar distintas sensações adquiridas junto aos seus semelhantes. A percepção dos sentidos da fome é expressa por sensações ou sentimentos vivenciados pelo corpo adaptado ao seu mundo ordinário. Logo, imbuído de sua tradição perceptiva, o faminto nem sempre se interroga sobre sua condição social e nem fala sobre sua fome.

Sobre esses aspectos, considero os conceitos ou as percepções desse fenômeno como produções socioculturais, não me restringindo às designações da dimensão biológica. Dessa forma, contraponho os conceitos de fome agenciados pela clínica e a epidemiologia, e as representações dos famintos no bairro que expressam dimensões antropológicas do fenômeno da fome.

A ameaça da fome, visualizada como um fantasma, anda colada à experiência dos atores. Esse é um aspecto analisado, por implicar contradições sobre as interpretações da fome instalada no bairro. Trata-se de um indicativo do fenômeno, que independe da renda ou da constituição física do corpo. Com essa hipótese de trabalho, observo que o sujeito inserido no contexto social, mesmo sem apresentar sinais orgânicos de fome, continua a pensar e a manter uma relação com o alimento como um faminto. Do biológico ao cultural, a fome é compreendida no bojo dos diversos elementos que mediam a sua própria lógica cultural, os quais, por sua vez, se mesclam no plano das relações sociais.

Do ponto de vista metodológico, busco alguma correspondência entre os níveis macro e micro-social, um diálogo sem limites, para uma com-

preensão da fome, semeando significações no contexto social do bairro. Adoto uma abordagem que toma como perspectiva o campo sócio-histórico, observando as modificações na valorização da fome, pelos próprios famintos. E com os recursos da hermenêutica e da semiótica, interpreto suas falas, seus códigos e gestos para uma compreensão mínima do fenômeno na sua dimensão sociocultural.

No primeiro capítulo, apresento as principais teorias sobre a fome e o método proposto para interpretar e compreender este fenômeno no bairro. Justifico a etnografia como uma ferramenta capaz de descrever e interpretar os fatos culturais que cercam a fome.

Em seguida, descrevo o cotidiano do bairro, os modos de vida nas unidades domésticas, as percepções sobre a comida e a fome e observo contraposições. São essas as questões do segundo capítulo intitulado “O Péla e sua gente”. Em continuidade, o terceiro capítulo traz os sentidos e os significados da “Fome que caminha no bairro”, através das falas dos famintos.

Depois, apresento uma síntese: a fome como um fenômeno que não só age sobre o corpo biológico do indivíduo, mas tem representações que conformam e são conformadas pelo cotidiano. Esse movimento oferece uma linha de análise que poderá contribuir para o avanço das políticas sociais, na medida em que, um novo enfoque sobre a questão – com base na etnografia – implica considerar tal condição humana manifesta como uma produção claramente informada pela sociedade e pela cultura.

## Notas

<sup>1</sup> Foi de 65 em 100 a estimativa dos mortos de fome em 1970, e apenas 15 de cada 100 bocas tiveram alimentos em excesso (ANTER-EGG, 1982: 24). Nos anos 80, morriam de fome, a cada dia, milhares de pessoas (quarenta mil eram crianças), em algum lugar do mundo (Seminário, Dia Mundial da Alimentação, 1989). Na década de 90, a Organização das Nações Unidas estimou a

existência de 800 milhões de famintos no planeta, não os famintos das guerras, mas os que nasceram na condição de pobreza extrema (FAO, 1992). Os pobres representam 80% da população mundial e detêm 20% ou menos da riqueza. Ainda que haja alimentos para todos, a questão que se apresenta é a desigual distribuição da renda, da terra, dos alimentos etc. (FAO, 2000).

<sup>2</sup> Para Pierre Bourdieu (1998), o “neoliberalismo”, no âmbito internacional, como um modelo de desenvolvimento adotado desde o início dos anos 90, impõe um programa de destruição metódica dos projetos coletivos a partir da individualização dos salários e de um conjunto de técnicas que enfraquece ou abole a solidariedade coletiva. A solidariedade passa a ser um sentimento subversivo à nova ordem “neoliberal”. Essa nova reorientação econômica, colocada sob o signo da liberdade, é, com efeito, uma “violência estrutural”, que subordina os estados nacionais às exigências das liberdades econômicas, suprime todas as leis de trabalho e de mercado, interdita *déficits* e inflações, privatiza serviços públicos e, sobretudo, reduz vertiginosamente as despesas públicas e sociais (BOURDIEU, 1998: 3).

<sup>3</sup> Em 1990, eram 53% as crianças e os adolescentes que viviam em famílias cuja renda mensal *per capita* não ultrapassava meio salário mínimo (FIBGE, 1989). Em 1995, entre 71 países, o Brasil alcançou o primeiro lugar em desigualdade social (B. M. 1995). Nesse mesmo ano, 64% das crianças estavam na extrema pobreza (*Idem*) e, em 1997, já eram 65% as que viviam em famílias que recebiam apenas meio salário mínimo (FIBGE, 1997).

<sup>4</sup> A desigualdade extrema da distribuição da renda é, também, apresentada nos documentos oficiais de 1994: em que 10% mais ricos se apropriaram de quase 50% (49,7% da riqueza nacional e aos 20% mais pobres eram destinados apenas 2%). (OEA, 1997:23-4). Para Ronaldo Jacobina (2002), a desigualdade social no Brasil é estrutural em que “os ricos estão protegidos pelas políticas regressivas adotadas [...]”. JACOBINA, R.R. *Cidadania e saúde: cidadania no Brasil republicano e saúde enquanto direito social*. Doc. FAMED/UFBA, 2002: 10.

<sup>5</sup> Um desigual investimento regional das políticas sociais diferenciou a situação de saúde e nutrição das crianças, sendo a região sudeste a mais beneficiada na década de 80, com 75,6% das verbas para o saneamento, enquanto que o nordeste absorveu apenas 11% dos recursos. Entre outros serviços, a cobertura vacinal também teve um crescimento regional diferenciado (FIBGE, 1995).

<sup>6</sup> Para a cidade de Salvador, a *Pesquisa sobre as Condições de Vida e Saúde na Infância*, em 1996, constatou, num total de 1.792 menores de cinco anos, 6% de desnutrição recente e 19.4% de formas crônicas (Assis et al. MS/UFBA, 2000). Apesar desses resultados, os dados gerais do país apresentaram um maior aprofundamento da pobreza em alguns segmentos da população, ao lado da queda da taxa de fecundidade e da mortalidade infantil. A taxa de fecundidade, em 1997, continuou em 1,7 em nível nacional e a mesma para o Nordeste; a mortalidade infantil obteve uma média de 35,1‰ para o país e 55,0‰ para o nordeste (PNAD, 1997).